

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pregão Eletrônico nº 027/2025
Processo 2001/2025

CONCEPT WORK LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.536.186/0001-30, com sede na Rua Francisco Lopes, nº 156, Bairro Sociedade Fluminense, Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, neste ato representada pelo Sr. EVARISTO TIAGO MACEDO BOUCINHA, RG 13345253-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 100.395.687-41, vem perante Vossa Senhoria apresentar

CONTRARRAZÕES DE RECURSO

interposto pela empresa D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS no procedimento licitatório epigrafado, pelos fundamentos que passa a expor.

Não merece prosperar o recurso interposto.

Inicialmente, cabe destacar que são fortes os indícios de que TODO o recurso apresentado foi redigido por inteligência artificial. A organização, formatação e diagramação são típicas do denominado “ChatGPT” - <https://openai.com/chatgpt/overview/> .

Tal constatação foi possível em razão das jurisprudências artificiais criadas pelo referido sistema, pois, de todos os acórdãos apresentados nas razões recursais, absolutamente NENHUM possui qualquer pertinência com o que fora decidido pelo Tribunal de Contas da União. Como pode ser observado junto aos anexos Acórdãos do TCU, nenhuma referência há nos referidos processos com os textos “transcritos” pela recorrente. Frise-se que a autenticidade de cada acórdão ora juntado pode ser aferida junto ao sítio eletrônico do TCU, conforme informado no rodapé dos referidos documentos.

Trata-se de flagrante má-fé a criação de jurisprudências para embasar supostos argumentos com o objetivo de desclassificar licitante de procedimento realizado pela Administração Pública. A atitude da Recorrente em tentar induzir os agentes públicos dessa Municipalidade a erro se enquadra nas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, conforme a seguir transcrito:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

.....

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou **prestar declaração falsa durante a licitação** ou a execução do contrato;

.....

X - **comportar-se de modo inidôneo** ou **cometer fraude de qualquer natureza**;

XI - **praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação**;

XII - **praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Art. 5º **Constituem atos lesivos à administração pública**, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, **todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem** contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, **contra princípios da administração pública** ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, **assim definidos**:

.....

IV - **no tocante a licitações e contratos**:

a) **frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público**;

b) **impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público**;

c) afastar ou **procurar afastar licitante, por meio de fraude** ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

O Edital do Certame possui previsão específica para esta situação, conforme se infere da Cláusula 9.4:

9.4 Qualquer informação incompleta ou **inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a)**, mediante simples conferência ou diligência, **implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o MPRJ (Ministério Público do Rio de Janeiro), para apuração, se possível,**

de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

Assim, será requerido ao final destas contrarrazões que a Municipalidade instaure procedimento investigatório próprio e em apartado para averiguar a falsidade utilizada nas razões de recurso da empresa D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS.

É uma lástima que as licitações públicas estejam sendo inundadas por aventureiros que lançam mão de artifícios questionáveis para lograrem êxito em detrimento de licitantes que agem com ética e moralidade nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

O uso de informação falsa nas razões de recurso é suficiente para a sua inadmissibilidade por tentativa de fraudar o procedimento licitatório.

No entanto, imbuído de boa-fé objetiva, a Recorrida apresentará as devidas explicações acerca dos infundados argumentos trazidos pela Recorrente.

A licitação constitui procedimento administrativo que tem por fundamento a **obtenção da proposta mais vantajosa** para a Administração Pública. Para a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro *“a licitação é uma decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público”*. (In Direito Administrativo. 14ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002, p. 301).

O procedimento licitatório deve ser compreendido como um meio para alcançar os fins públicos almejados, e não como um fim em si mesmo. A instrumentalidade das normas que regem a licitação está na sua função de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a transparência, a isonomia e a eficiência.

As regras do processo licitatório não têm valor próprio, mas sim o objetivo de propiciar a melhor contratação, com o intuito de atender ao interesse público de forma adequada e eficiente. Dessa forma, o procedimento licitatório deve ser conduzido com foco no atendimento aos objetivos da Administração, **sempre com flexibilidade para que a finalidade pública não seja comprometida por formalismos excessivos ou que não tragam benefícios ao processo.**

Esta premissa constitui o Formalismo Moderado, há muito consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais de Contas, o qual foi consagrado e regulamentado em diversos dispositivos da Lei 14.133/2021.

As razões recursais apresentadas pela licitante irredutível com a habilitação e aceitação da proposta da Recorrida demonstram a busca pelo excesso de rigor, com a aplicação rígida do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, desprezando todo o arcabouço de princípios explícitos e implícitos aplicáveis aos procedimentos licitatórios.

Tecidas as considerações preliminares de mérito, passa-se à análise individualizada das impugnações formuladas pela Recorrente.

Conforme documentalmente comprovado no certame em questão, a Recorrida está devidamente enquadrada no Simples Nacional, cujas características fundamentam os percentuais lançados na planilha detalhada da proposta apresentada.

O objeto contratual trata da produção, manipulação e distribuição da alimentação escolar, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação, com atuação presencial de profissionais da contratada nas unidades escolares. Apesar da denominação de “serviços de manipuladores de alimentos”, não há, em nenhum ponto do edital, previsão de subordinação direta desses profissionais à Administração Pública, tampouco qualquer cessão formal ou tácita de mão de obra.

A execução contratual será realizada de forma autônoma, padronizada e supervisionada pela própria empresa contratada, que responde integralmente pela gestão dos trabalhadores alocados nas unidades, bem como pelo cumprimento das normas sanitárias e de segurança alimentar.

Portanto, o objeto em questão não configura cessão de mão de obra, mas sim a prestação de serviço especializado e autônomo de alimentação institucional, cujo escopo é fornecer refeições dentro do ambiente escolar, sob controle da empresa e sem subordinação hierárquica à contratante.

A Recorrida possui atividade registrada de Fornecimento de alimentos preparados, atividade está amplamente utilizado para empresas que operam no ramo de alimentação institucional, inclusive para entes públicos do anexo III

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aplica-se o Anexo IV (com recolhimento separado de 20% de INSS patronal) às microempresas ou empresas de pequeno porte que prestarem serviços mediante cessão ou locação de mão de obra, nos termos do art. 17, inciso XII:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

.....

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

No presente caso, não há cessão de mão de obra. Os manipuladores de alimentos são contratados, gerenciados e supervisionados exclusivamente pela empresa licitante, que responde integralmente pela prestação do serviço contratado.

Quanto às alíquotas do PIS e do COFINS, a comprovação do enquadramento da Recorrida no Simples Nacional fundamenta, por si só, os percentuais apresentados na planilha de composição de custos.

No que tange às horas extras, equivoca-se a Recorrente, pois são calculadas sobre o valor do salário acrescido do percentual de insalubridade, e não o valor consignado nas razões do recurso.

Em relação à alíquota do ISS, foi constatado mero erro material ao consignar a alíquota de 1,99%, ao invés de 2%, o que foi inequivocamente justificado pelo próprio Secretário Municipal de Fazenda no parecer juntado aos autos e disponibilizado às licitantes, em cumprimento à diligência determinada neste procedimento licitatório. O próprio Secretário de Fazenda afirma que entende “que os valores apresentados se mostram razoáveis para fins de deferimento e prosseguimento do feito”.

O fato de a planilha consignar o Município de Casimiro de Abreu (sede da Recorrida), e não Sumidouro, é irrelevante, tratando-se de mero erro de digitação, perfeitamente saneável.

E quanto à suposta ausência de Declaração Contábil, tal documento não foi exigido pelo Edital e muito menos pela Administração Pública, não havendo previsão na Lei 14.133/2021, o que deve ser rechaçado.

Contra-argumentados todos os questionamentos formulados, constata-se que o objetivo da peça recursal é desclassificar a licitante que apresentou preço mais vantajoso para a Administração Pública Municipal, fundamentando-se em excesso de formalismo e rigor na análise da proposta vencedora, o que não se coaduna com a sistemática da Lei 14.133/2021, muito menos com a jurisprudência pacificada pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Judiciário.

Ainda que venham pairar dúvidas acerca da planilha com a composição dos custos apresentada pela Recorrida, cabe à Administração promover as diligências necessárias para elucidação da questão, nos termos do art. 59, inciso IV e § 2º da Lei 14.133/2021:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - **contiverem vícios insanáveis**;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, **quando exigido pela Administração**;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, **desde que insanável**.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

A Lei 14.133/2021 consolidou em seu art. 59 que serão desclassificadas apenas as propostas que contiverem vícios insanáveis. Ou seja: quando os erros não alterarem a substância da proposta, é possível a realização de ajustes em itens de custos unitários da planilha, desde que mantido o preço global.

Há que ser ressaltado, ainda, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei 14.133/2021, que impede o afastamento da licitação em eventual desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

.....

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Com base nos referidos dispositivos legais, é pacífico o entendimento jurisprudencial que assegura eventual alteração da planilha de composição de custos, mediante diligência a ser determinada pela Administração Pública, desde que não afete o valor final da proposta.

Neste sentido a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo**

dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas**, dos documentos e sua validade jurídica, **mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes**, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. **(Acórdão 1211/2021 – Plenário)**

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇO CONTINUADO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ORGÂNICA DESARMADA. **DESCCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES EM RAZÃO DE NÃO SANEAMENTO DE PROPOSTAS. FALHAS NA INDICAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS IDENTIFICADAS PELO PREGOEIRO EM PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.** AUDIÊNCIA. ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por José Rodrigues Martins Filho;

9.4. dar ciência ao Instituto Nacional do Seguro Social de que **a simples indicação dos módulos/submódulos das planilhas de composição de custos, sem a clara descrição das inconsistências identificadas na etapa de julgamento das propostas, por dificultar a retificação e o aproveitamento daquelas sanáveis, não se alinha aos princípios que regem as contratações públicas, notadamente os da transparência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa;**

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao INSS, ao representante e a José Rodrigues Martins Filho;

9.6. arquivar o presente processo.

(Acórdão 4370/2023 – Primeira Câmara)

III. **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, requer o DESPROVIMENTO do recurso interposto pela licitante D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS, mantendo-se a proposta da Recorrida CONCEPT WORK LTDA., com o consequente encaminhamento à Autoridade Superior para homologação do Certame e convocação para assinatura do Contrato Administrativo.

Requer seja instaurado procedimento investigatório próprio pela Municipalidade, em processo apartado, para averiguação das falsidades utilizadas no recurso da licitante D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS, em razão das infrações previstas nos incisos do art. 155 da Lei 14.133/2021, conforme consignado nesta Peça, observada a Cláusula 9.4 do Instrumento Convocatório, com a consequente aplicação de sanção em virtude da conduta da empresa.

Casimiro de Abreu/RJ, 26 de junho de 2025.

CONCEPT WORK LTDA.
Evaristo Tiago Macedo Boucinha
CPF 100.395.687-41

RODRIGO FONSECA DA COSTA
OAB/RJ 123.842